

ANATOMIA DO CRIME | ANATOMY OF CRIME N.º 11

JANEIRO-JUNHO/2020

DOS CRIMES COMETIDOS POR AGENTES DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES

On the crimes committed by security forces agents in the exercise of duties

Rui Pereira

Palavras-chave: Agentes da Polícia – Exercício de funções – Uso da força – Adequação social – Erro – Suspeito – Flagrante delito

Resumo: O presente artigo aborda o tema dos crimes cometidos por agentes das forças de segurança no exercício de funções. Está em causa a detenção de suspeitos, em flagrante delito ou fora de flagrante delito, com recurso à força pública. Pergunta-se se há uma margem de “excesso” que deva ser tolerada na ação de polícia, sob pena de essa ação se tornar ineficaz, devido à ameaça de punição dos agentes por crimes contra a liberdade e a integridade física. Questiona-se, ainda, qual é a consequência do erro sobre a condição de suspeito ou a existência de flagrante delito.

Keywords: Security Forces Agents – Exercise of Duties – Use of force – Social adequacy – Error – Suspect – In flagrante delicto

Abstract: This paper addresses the issue on the crimes committed by security forces agents in the exercise of duties. At stake is the arrest of suspects in flagrante delicto or out of flagrante delicto, using public force. Is there a margin of excess that should be tolerated in police action under penalty of that action becoming ineffective, due to the threat of agents’ punishment for crimes against freedom and physical integrity? What is the consequence of the error on the condition of suspect or on the existence of flagrante delicto?

O FACTO NO DIREITO PENAL SECURITÁRIO: EM ESPECIAL, AS INCRIMINAÇÕES DE ATOS PREPARATÓRIOS NO TERRORISMO

The fact in security Criminal Law: in particular, the criminalisation of preparatory acts concerning terrorism

Nuno Ricardo Pica dos Santos

Palavras-chave: Direito Penal preventivo; Direito Penal securitário; terrorismo; atos preparatórios.

Resumo: No presente trabalho é analisada a evolução securitária e preventiva do Direito Penal, no âmbito da repressão do terrorismo. Nesta sede, tem-se verificado um aumento das incriminações, consistindo estas na seleção de atos preparatórios transformados formalmente em crimes autónomos. Após uma breve análise, em geral, às características das incriminações autónomas de atos preparatórios, são estudados os tipos legais de recrutamento, treino e viagens para fins de terrorismo, realçando-se os aspetos mais problemáticos em termos de tipicidade objetiva e subjetiva. A sensibilidade de tais incriminações exige ainda uma reflexão sobre o seu quadro justificador e legitimador, com assento na excecionalidade. Por fim, é defendida a ideia de que o facto jurídico-penal ínsito naquelas incriminações é, na substância, um facto policial ou de segurança, cuja legitimidade penal (fraca) residirá na inexistência e na intolerância do ordenamento jurídico a meios administrativos – e.g., detenção e escutas administrativas – correspondentes a certas medidas de processo penal que, então, e já neste âmbito, passam a estar acessíveis.

Keywords: Preventive Criminal Law; Security Criminal Law; terrorism; preparatory acts.

Abstract: The present study analyses the safeguarding and preventive evolution of criminal law in the context of fight against terrorism. There has been an increase of crimes due to the fact that preparatory acts are now considered as autonomous crimes. Following a short analysis of the above, we studied the legal types of recruitment, training and travelling linked to terrorism, focusing on the most problematic aspects of objective and subjective crime dimensions. The gravity of such crimes requires a deeper reflection in the framework of legal assessment, especially considering the exceptionality. Finally, the defended idea

is that the fact in those incriminations is, in substance, a police or security fact, whose (weak) criminal legitimacy will reside in the non- existence and intolerance of the legal system to administrative means – e.g., detention and administrative tapping – corresponding to certain measures of criminal procedure that, then, become accessible.

INTERNAMENTO COMPULSIVO: ENTRE PSIQUIATRIA E DIREITO

Compulsive hospitalization: between psychiatry and Law

Rita Alexandre do Rosário

Palavras- chave: Internamento compulsivo – tratamento compulsivo – direito – psiquiatria – interdisciplinaridade – transdisciplinaridade.

Resumo: O presente artigo versa sobre o problema do internamento compulsivo como solução que exige a apreciação de contributos de diversos ramos do saber (Direito, Psiquiatria e Ética). Com este desígnio, tecem-se considerações sobre os temas de confronto entre doente/psiquiatra e entre psiquiatra/juiz, a que se seguem esclarecimentos sobre possíveis soluções sobre a articulação das disciplinas em causa na aplicação prática do internamento compulsivo.

Keywords: Compulsive hospitalization – compulsive treatment – law – psychiatry – interdisciplinarity – transdisciplinarity.

Abstract: The article is about with the problem of compulsory hospitalization as a solution that requires the appreciation of contributions from different branches of knowledge (Law, Psychiatry and Ethics). With this purpose, considerations are made on the topics of confrontation between the patient/psychiatrist and between psychiatrist/judge, followed by clarifications on possible solutions on the articulation of the disciplines in question in the practical application of compulsory hospitalization.

BREVES NOTAS SOBRE O CRIME E A (PROPAGAÇÃO DE) DOENÇA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Brief comment on crime and (spread of) disease in times of pandemic

Nuno Igreja Matos

Palavras- chave: Direito Penal – Saúde Pública – Propagação de doença – Covid-19

Resumo: O presente texto, partindo da constatação de afinidades entre o crime, a pena e a doença, procede a uma análise sintética do conceito e da evolução da tutela penal da saúde pública. As afinidades entre crime e doença, por um lado, e o debate em torno da proteção da saúde pública, por outro, são projetados seguidamente no quadro de uma discussão sobre a necessidade de incriminação de condutas de propagação de doença. Após uma panorâmica pelos argumentos favoráveis e desfavoráveis a essa incriminação, alinham- se alguns apontamentos sobre o crime de propagação de doença do Código Penal português, considerando a sua relação com o bem jurídico saúde pública e as mais- valias e dificuldades associadas a este ilícito no quadro do combate à pandemia de Covid- 19.

Keywords: Criminal law – Public Health – Spread of disease – Covid-19

Abstract: The present text, starting with the establishment of affinities between crime, punishment and disease, proceeds to a brief description of the concept of public health, namely from a criminal law standpoint. The affinities between crime and disease, on the one hand, and the debate around public health protection, on the other, are afterwards addressed under the discussion concerning the need to punish disease propagation. After an overview of the favorable and unfavorable of this incrimination, the text focuses on the crime of disease propagation enshrined in the Portuguese Penal Code, considering its connection with public health and the advantages and difficulties in using this crime in the fight against the Covid-19 pandemic.

ESTEREÓTIPOS PREJUDICIAIS DE GÉNERO NA PRÁTICA JURÍDICA: DENEGAÇÃO DO ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS

Harmful gender stereotypes in legal practice: denial of access to the law and the courts

Teresa Quintela de Brito

Palavras-chave: género, categorização, tribunais, estereótipos prejudiciais de género, perpetuação das desigualdades, negação do acesso ao Direito, julgar em perspectiva de género.

Resumo: Este estudo debruça-se sobre o fenómeno da categorização na construção da identidade pessoal, na interação social, no pensamento jurídico e na prática do sistema de justiça, em todos os seus níveis. Em ordem a contribuir para uma alteração do status quo, o seu objectivo é identificar, denunciar e desconstruir alguns estereótipos prejudiciais de género, geradores de pré-juízos e de comportamentos discriminatórios, que são transversais a toda a prática jurídica, da investigação criminal à sentença, passando pelo sistema prisional e a execução das penas. Estereótipos prejudiciais de género que não surgem apenas quando o sistema de justiça se confronta com a violência criminal contra as mulheres, mas que se encontram presentes, por exemplo, em decisões jus laborais em matérias como a gravidez, a maternidade/paternidade, a redução do horário de trabalho ou a conciliação da vida profissional e laboral. Apesar das alterações legislativas, os estereótipos prejudiciais de género, perigosamente invisíveis para quem estereotipa e para a/o estereotipada/o, sobrevivem nas mentes e nas práticas de todos os operadores de justiça, perpetuando as desigualdades, negando a igualdade de oportunidades, a fruição de direitos humanos básicos, o acesso ao Direito e aos tribunais e a protecção que é devida às vítimas (assim como aos filhos). Tudo isto redundando na vitimização secundária da pessoa estereotipada. Vitimização que é efectiva (pelo estímulo à violência contida na respectiva desvalorização e impunidade) e simbólica (pela descon sideração da vítima, dos seus relatos e necessidades reais, gerando nela sentimentos de desprotecção, humilhação e vergonha).

Keywords: gender, categorization, courts, harmful gender stereotypes, perpetuation of inequality, denial of access to the law, judging from a gender perspective.

Abstract: This study is concerned with the phenomenon of categorization in the construction of personal identity, in the social interaction, legal thinking and practice of the justice system at all levels. In order to contribute to a change of the status quo, it aims to identify, report and deconstruct some harmful gender stereotypes, generators of pre-judgement and discriminatory behaviors, which are transversal to all legal practice, from criminal investigation to sentencing, to the prison system and the enforcement of sentences. Harmful gender stereotypes that do not arise only when the justice system is confronted with criminal violence against women, but which are present, for example, in labour Law decisions in matters such as pregnancy, maternity/paternity, reducing working hours or reconciling professional and working life. Despite legislative changes, harmful gender stereotypes are dangerously invisible to those who stereotype and to the stereotyped. They survive in the minds and practices of all operators of justice, perpetuating inequalities, denying equal opportunities, the enjoyment of basic human rights, access to the Law and to the courts and the protection that is due to victims (as well as children). All this results in the secondary victimization of the stereotyped person. Victimization that is effective (by stimulating violence contained in the respective devaluation or impunity) and symbolic (by disregarding the victim, his accounts and real needs, generating feelings of unprotection, humiliation and shame in him).

“EMPRESTAI- ME OS VOSSOS OUVIDOS” – COMENTÁRIO ÀS DECISÕES DO CASO BRAGAPARQUES

“Lend me your ears” – Commentary on the decisions of the Bragaparques’ affair

António Brito Neves

Palavras-chave: Regras de competência – perseguição de crimes – defesa da honra.

Resumo: Partindo da última decisão no caso Bragaparques, faz-se a análise crítica dos fundamentos judicialmente apresentados para a apreciação da ilicitude do comportamento do agente, sustentando-se, de seguida, posição alternativa.

Keywords: Rules of jurisdiction – crime prosecution – defense of honor.

Abstract: Taking the last decision in the Bragaparques’ affair as starting point, we examine the arguments used by the courts to evaluate the wrongfulness of the accused’s behaviour, and then we defend an alternative view.